

Validação de uma problemática de pesquisa

Validation of a research problem

DOI:10.34117/bjdv6n10-499

Recebimento dos originais: 19/09/2020

Aceitação para publicação: 23/10/2020

Elinaldo Ferreira da Costa

Mestrando em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas – Bacharel em Administração/UFAM

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Endereço: Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200 - Coroado I, Manaus - AM, 69067005

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0687-4940>

E-mail: ferreiraelinaldo1@gmail.com

Arminda Rachel Botelho Mourão

Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia - Universidade Católica de São Paulo Amazonas, Mestre em Educação/UFAM

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Endereço: Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200 - Coroado I, Manaus - AM, 69067005

ORCID: <http://orcid.org/0000/0002-1940-9477>

E-mail: arachel@uol.com.br

Maria Ione Caetano Mendes

Mestre em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, Graduada em Pedagogia - Universidade Federal de Juiz de Fora

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Endereço: Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200 - Coroado I, Manaus - AM, 69067005

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9993-8039>

E-mail: ionemcmendes@gmail.com

Marcineuza Santos de Jesus

Mestranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFAM

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Endereço: Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200 - Coroado I, Manaus - AM, 69067005

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8735-4802>

E-mail: santosmarcineuza@gmail.com

Ivanilde de Lima Pinheiro

Mestranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Graduada em Pedagogia pela Faculdade Martha Falcão

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Endereço: Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200 - Coroado I, Manaus - AM, 69067005

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1391-2159>

E-mail: ivalima48@gmail.com

Reinaldo Oliveira Menezes

Mestre em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Graduado Serviço Social/UFAM

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Endereço: Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200 - Coroado I, Manaus - AM, 69067005

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9207-7886>

E-mail: reinaldo_bamn01@hotmail.com

Marcos Lázaro Pereira de Alcântara

Mestrando em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Psicologia/Universidade Nilton Lins

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Endereço: Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200 - Coroado I, Manaus - AM, 69067005

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7610-6229>

E-mail: marcosalcantara01@gmail.com

RESUMO

O artigo tem como objetivo discutir a validação por pares da problemática de uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). Este estudo assenta-se no embate entre o *modus vivendi* do homem amazônico e a intelectualização e inserção de inovações tecnológicas nas escolas camponesas da Amazônia, é neste contexto onde a relação homem-natureza, complexa e adaptada aos contextos regionais, ver-se envolta entre os saberes/conhecimentos tradicionais e as novas tecnologias impetradas via escola. Essa dinâmica pensadas para as escolas rurais, em muitos casos desconsideram a relação de aprendizagem e conhecimento tradicional que se estende ao longo dos milhares de anos e nesse percorrer, ao longo do tempo e da história, essa convivência sempre foi permeado pela ação do homem, tanto no sentido de dominar, quanto proteger o espaço ao qual esta inserido, de tal dinâmica de vivência humana surgem diferentes culturas, formas de perceber o mundo e de se perceber como parte de um todo, é neste contexto, experiências e práticas que surge o conhecimento tradicional, repassados e compartilhados por gerações. Assim, este estudo realiza uma revisão bibliográfica a luz da literatura no sentido de buscar definir o conceito de problema, uma vez que a formulação do problema prende-se ao tema proposto do estudo, esclarecendo possíveis dificuldades que a pesquisa em curso busca compreender. Uma das possibilidades desse embate pode ser percebido no seio das comunidades camponesas e o processo de avanço das demandas capitais das cidades sobre essas comunidades, um quadro que aponta para uma situação calamitosa, tanto de perdas de recursos naturais, como destruição de etnias e conhecimentos tradicionais. Assim, apontamos algumas considerações resultante dessa discussão e por conseguinte dispõe a proposta de problema para apreciação do pares e contribuições para o aprimoramento do estudo.

Palavras-chave: Educação. Validação. Problemática. Conhecimento Tradicional.

ABSTRACT

The article aims to discuss the validation by peers of the problem of a research in development in the Graduate Program in Education at the Federal University of Amazonas (PPGE/UFAM). This study is based on the clash between the *modus vivendi* of the Amazonian man and the intellectualization and insertion of technological innovations in peasant schools in the Amazon. It is in this context where the man-nature relationship, complex and adapted to regional contexts, is wrapped between traditional knowledge/knowledge and the new technologies impetrated via school. This dynamic thought for rural

schools, in many cases disregard the relationship of learning and traditional knowledge that extends over thousands of years, and in this journey, over time and history, this coexistence has always been permeated by the action of man, both in the sense of dominating and protecting the space to which it is inserted, from such dynamics of human experience emerge different cultures, ways of perceiving the world and perceiving themselves as part of a whole, it is in this context, experiences and practices that traditional knowledge emerges, passed on and shared by generations. Thus, this study carries out a bibliographic review in the light of the literature in order to seek to define the concept of problem, since the formulation of the problem is related to the proposed theme of the study, clarifying possible difficulties that the ongoing research seeks to understand. One of the possibilities of this clash can be perceived within the peasant communities and the process of advancing the capital demands of cities on these communities, a picture that points to a calamitous situation, both of loss of natural resources and destruction of ethnic groups and traditional knowledge. Thus, we point out some considerations resulting from this discussion and therefore provides the proposed problem for peer review and contributions to the improvement of the study.

Keywords: Education. Validation. Problematic. Traditional Knowledge.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende a validação do problema "Diante do processo globalizante no contexto Amazônico, qual é o papel da escola frente aos embates da intelectualização e das inovações tecnológicas nos conhecimentos tradicionais na comunidade camponesa Costa da Conceição no Município de Itacoatiara/AM?" Que é exposto na pesquisa do mestrado em educação da Universidade Federal do Amazonas intitulada " A escola e os embates da intelectualização e das inovações tecnológicas nos conhecimentos tradicionais".

Por ser o ponto de partida da pesquisa, a elaboração desse de uma forma clara, objetiva, precisa e delimitado, é fundamental para a condução e sucesso desta. O trabalho aqui apresentado é de natureza bibliográfica e traz a concepção de problema, a caracterização deste, e alguns dos critérios que devem ser levados em conta para se configurar um problema factível, ou seja, possível de ser desenvolvido, levando em conta as condições da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica também embasa a temática do problema, que é o embate gerado pela inserção de técnicas e inovações tecnológicas e os conhecimentos tradicionais no ambiente escolar, tal inserção decorre da adoção de políticas públicas sem considerar a relevância e a importância do conhecimento tradicional camponês, conhecimento este que liga-se a uma questão de sobrevivência, luta e afirmação no contexto amazônico.

Por fim, esse trabalho busca fazer uma reflexão acerca do que seja um problema de pesquisa, da sua importância na condução de uma pesquisa que se pretende desenvolver com êxito. Possibilita também uma reflexão acerca das políticas desenvolvimentista capitalista pensadas para a Amazônia e

o papel do conhecimento tradicional como um ato político presente no cotidiano dos campesinatos amazônidas. Além da importância da validação dessa pesquisa, pois submeter-se ao crivo dos pares pode ser uma experiência enriquecedora para o pesquisador iniciante, principalmente quando o assunto é política pública, tema amplamente debatido e que sempre desperta opiniões diversas.

Assim, para desenvolver nossa reflexão inicialmente é fundamental contextualizar o espaço Amazônico, onde o camponês amazônida e tais campesinatos¹ e como o *modus vivendi* nos campesinatos amazônicos vivenciam peculiaridades de convívio com a natureza, enfrentando as condições ambientais e compatibilizando a utilização dos recursos locais com sua conservação, assim o modo de vida no interior destes campesinatos concorre para a determinação da identidade sociocultural desses atores para posteriormente discutirmos o que é o homem amazônico e o contexto amazônico.

2 VALIDAÇÃO, CONCEITOS E DISCUSSÕES

Dialogar sobre a validade da pesquisa, ou sobre um de seus elementos constitutivos como a problemática torna-se um grande desafio para o pesquisador que esta iniciando sua carreira e vida no âmbito e campo da pesquisa. Segundo Miller e Creswell (2000), tal dificuldade torna-se concreta pois “em muitos textos são apresentados aos leitores uma gama confusa de termos para validade, incluindo autenticidade”.

Assim, faz-se necessário buscar o entendimento do que é a validação e como esta ocorre. De acordo com o dicionário Aurélio, validar é definido com "ato ou efeito de validar". Logo, resulta em buscar qualificação, (re)significação, subjetividade, espontaneidade, seja do ponto de vista da coleta de dados assim como todo o percorrer do processo metodológico da pesquisa, visando assim, a apreciação do objeto, problemática, etc., juntos aos pares.

Bauer e Graskell (2002), afirmam que a validade significa em si própria a ideia de propósito, onde validar vai além de uma ideia proposta, elencada em uma problemática, “mais a interpretação dos dados que surge de um procedimento especificado”. Em acordo com Oliveira e Piccinini (2009),

¹ Em acordo com o conceito defendido por Silva (2017 p. 37), nos apropriaremos do conceito de camponês por concordarmos que se trata de um conceito histórico e político, com “significado extraordinariamente genérico, o qual representa uma diversidade de sujeitos”, o qual, cujos “termos, nos dicionários, trazem tanto um conteúdo valorativo, quanto depreciativo”, assim, sendo como formas políticas de afirmação e de lutas de resistência camponesa no Amazonas e Brasil. Campesinatos, para a autora, refere-se as comunidades amazônidas, constituídas pelos camponeses e que adotaremos esse termo por entendermos que trata-se de uma posição política e que refletem as lutas e a resistências desses campesinatos, seja ao *modus vivendi* do camponês, seja pelos contextos da Amazônia.

Validação expressa a ideia de um construto de procedimentos que se conectam ao todo, em conjunto, interligados em forma de um processo sistemático:

“A validade na pesquisa [...] é expressa em todos os momentos em que o pesquisador desenvolve a pesquisa: a) na problematização do assunto, por meio da coerência da base teórica utilizada com o enfoque dado; b) na estruturação da pesquisa, a validade envolve a adequação do desenho de pesquisa e os métodos usados para cada tópico, além dos objetivos que dão o direcionamento do estudo; c) na coleta de dados, está no cuidado ao checar os dados informados, respeito ao que está sendo expresso pelos participantes; d) na interpretação, refere-se à forma como as questões são colocadas no texto e à lógica das interpretações realizadas; e) na verificação, está relacionada tanto com a validade do conhecimento produzido como para quais formas de validação são relevantes em um estudo específicos, e a decisão de que é relevante para a comunidade no diálogo da validade.”

Assim, a validação ocorre tanto no decorrer da pesquisa, quanto no preparo que antecede ao momento da pesquisa em campo, percorre também todo o caminhar e desenvolvimento da ideia e deve ser submetida aos pares, buscando ampliar as reflexões e discussões quanto ao tema, objeto, problemática, método etc., tornando-se assim crucial para o aprimoramento da pesquisa e direcionamento metodológico.

3 A ELABORAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A pesquisa, ao olhar epistemológico, nos desafia com o surgimento filosófico do problema, suas relações enquanto pensar e agir. De acordo com Brito (2016) a pesquisa nos instiga ao pôr em questão o problema da objetividade e subjetividade, suas relações conscientes e a práxis social, onde os cortes de partes buscam constituir uma totalidade relativa. A busca do ser social, homem, por conhecer a realidade, faz-se presente na constituição do indivíduo enquanto ser social ao longo da história. Este indivíduo constrói elementos e mecanismos, como formas e meios de buscar o conhecimento, cita-se nesse interim a Pesquisa Científica, onde um conjunto determinado de fatos, fenômenos e atos humanos tornam-se objetos de estudo e busca pelo conhecimento.

A pesquisa, como destaca Brito (2016) deve ser dirigida para um grupo pré-determinado que possibilite a resposta a uma definição, assim o ato de pesquisar não deve partir de uma concepção espirituosa, mas sim de propriedades inerentes aos fenômenos. Segundo Mynayo (1994, p. 17) podemos afirmar que pesquisa é atividade básica da ciência no sentido de perquirir sobre o mundo e sobre o próprio homem, onde busca-se a apreensão, compreensão e construção da realidade. De acordo com Brito (2016) a pesquisa compõe-se de momentos pré-definidos, estabelecidos e delimitados, onde tais momentos constituem procedimentos e processos reflexivos sistemáticos, para tanto a autora desta:

O ciclo da pesquisa é um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de solucionar um problema ou dar origem a novas interrogações. Esse processo envolve: fase exploratória dedicada a estabelecer o objeto, o problema, o tema e os objetivos; definição do marco teórico-conceitual a ser empregado; instrumentos de coleta de dados; determinação da amostragem, do espaço, do grupo de pesquisa e a entrada no campo (p.12).

Assim, a problemática, é entendida como o ponto determinante da configuração de um projeto investigativo e indispensável para o delinear da pesquisa. O ato de pesquisa é primordial para a práxis educativa, uma vez que é o ato de pesquisar que alimenta a prática de ensino, promove atualizações, possibilitando uma apreensão e compreensão do mundo.

Contudo, a definição de um problema, até mesmo por sua robustez e detalhamento, não é um ato simples e fácil de sintetizá-lo, além de dizer de forma clara, objetiva, compreensível e operacional, configura-se em uma dificuldade teórica e prática, pois de acordo com Marconi e Lakatos (2010):

A proposição do problema é tarefa complexa, pois extrapola a mera identificação, exigindo os primeiros reparos operacionais: isolamento e compreensão dos fatores específicos, que constituem o problema no plano de hipóteses e de informações (p.143).

Assim, a definição do problema é entendida como um elemento constitutivo, reflexivo, que reflete a importância dos objetos e a importância dos objetivos, bem como a eficácia das alternativas. Ou seja, é uma tarefa que exige um processo de pensar e refletir de forma contínua, e a formulação necessita de conhecimentos prévios, ao lado da capacidade de criação.

Há de se pontuar que o campo das problemáticas das ciências humanas e sociais é excessivamente amplo, pluridisciplinar, onde a pesquisa deve delimitar metodologicamente aspectos e particularidades que servirão como norteadores dos caminhos do pesquisador. Para Brito (2016, p. 14) “esses campos são de natureza e importância bastante diversas e suas influências são específicas para cada contexto particular de pesquisa”, logo o pesquisador precisa identificar e estabelecer momentos distintos e claros que lhe serão basilares no processo de caminhar da pesquisa.

Partimos do entendimento que em termos de ciência não existe verdade absoluta, acabada e imutável, há teorias e olhares diferentes, perspectivas e mundos diferentes, mas é a capacidade de inquerir do homem que faz o conhecimento avançar. Assim o conhecimento científico, de acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 62-63) é factual, contingente, sistemático, verificável, falível e aproximadamente exato:

[...] constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida através da experiência e não apenas pela razão, como ocorre no conhecimento filosófico. É sistemático, já que se trata de um saber ordenado logicamente, formando um sistema de ideias (teoria) e de, a tal ponto que as afirmações (hipóteses) que não podem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência. Constitui-se em conhecimento falível, em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final e, por este motivo, é aproximadamente exato: novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular o acervo de teoria existente.

Assim, não é suficiente apenas formular um problema bem delimitado, há a necessidade de se observar o tempo para sua realização, instrumentos adequados, amplos recursos materiais, humanos e financeiros. Para Gil (2016) várias são as formas e que podem ser alcançadas para a formulação do problema, entre elas podemos citar as de ordem prática e as de ordem intelectual: “As de ordem prática formula-se o problema e tem-se uma resposta para subsidiar determinada ação. As de ordem intelectual – busca-se o conhecimento sobre determinado objeto com pouco estudo efetuado sobre ele” (GOMIDES, p.7, 2002).

A condição do problema aqui descrita é de ordem intelectual, visto que busca estudar a cerca de um tema atual, a inserção de técnicas e inovações tecnológicas e os conhecimentos tradicionais no ambiente escolar, ainda não estudado sobre essa ótica e abordagem na Amazônia brasileira.

A temática é inovadora nos estudos do campo da educação, uma vez que trata-se de um tema pouco debatido neste campo, com vasto universo de pesquisa e que tem um viés de tomada de posição política diante do processo globalizante, produtivo e exploratório na Amazônia. Assim, para a elaboração do problema faz-se necessário a adoção de certos cuidados, pois é ele que norteará o caminhar da pesquisa.

Segundo Gil (2016) o primeiro critério consiste no fato de que o problema deve ser formulado como pergunta. Para ele “as perguntas são um convite para uma resposta e ajudam a centrar a atenção do pesquisador nos dados necessários para proporcionar tal resposta” (p.38).

Recomenda-se também sobre a delimitação do problema que deve ser em uma dimensão viável, isso porque “pesquisadores iniciantes tendem a formular problemas tão amplos e genéricos que se torna inviável a realização da pesquisa” (p.38). Outra observação importante refere-se a clareza, onde “os termos utilizados na formulação do problema devem ser claros, deixando explícito o significado com que estão sendo utilizados” (p.38).

Compreende-se também a necessidade da precisão no processo de formulação do problema. Gil (2016) informa que “há termos que podem ser considerados conceitualmente claros, mas não precisos, pois não informam acerca dos limites de sua aplicabilidade” (p. 38). Outro fator importante responde a necessidade de o problema apresentar referências empíricas, no entanto a “observância a

este critério nem sempre é fácil nas ciências sociais, pois estas lidam também com valores sociais. Há uma certa expectativa de que as pesquisas sociais possam fornecer respostas a juízos de valor” (p.39).
Contudo:

Cabe considerar, no entanto, que o empirismo nas ciências sociais constitui questão crítica. Há, por exemplo, autores no campo da Psicologia que seguem orientações subjetivista, que considera o conhecimento como pura atividade da consciência, negando-lhe o status de existência real. Para estes, o critério do empirismo não pode ser relevante. (Gil, 2016. p.39)

Além disso, o problema deve conduzir a uma pesquisa factível, ou seja, " não basta formular um problema suficientemente delimitado. É preciso levar em consideração aspectos como o tempo para a sua realização, a existência de instrumentos adequados para a coleta de dados, recursos materiais, humanos e financeiros suficientes para levar a cabo a pesquisa."(Gil, p.39)

Outra questão que é fundamental em qualquer pesquisa, e essencial na elaboração do problema é a ética. Por exemplo " Pesquisas que envolvem seres humanos devem caracterizar-se pela observância a princípios éticos definidos por normas aceitas internacionalmente". (p. 39)

Isso porque o fazer científico exige a adoção de certo mecanismo que caracterizem o seu resultado enquanto conhecimento científico, não que este seja uma verdade absoluta, mas que naquele momento ele se caracteriza como um estudo comprometido com aquela realidade, e aquele resultado condiz com essa realidade, e a ética é um valor extremamente importante no exercício da pesquisa. Contudo, percebe-se que o problema ocupa uma posição central no exercício da pesquisa, pois é a partir dele que são elaborados os objetivos a serem alcançados, e com isso as trilhas metodológicas que levaram ao alcance destes. Por isso a elaboração deste de forma clara, objetiva, preciso, ético, delimitado é fundamental para o sucesso da pesquisa. E tendo dito isso, justifica-se a importância da validação do problema que aqui estará sendo proposto.

4 A ESCOLA E AS DINÂMICAS EDUCACIONAIS CAMPONESAS AMAZÔNICAS

Até pouco tempo a Amazônia era considerada uma área de poucos recursos, o que limitava as possibilidades dos grupos humanos desenvolverem ali uma sociedade avançada (SOUZA, 2009, p. 32), “os achados e descobertas arqueológicas eram atribuídas a presenças passageiras de grupos andinos e mesoamericanos”. Contudo, o autor afirma que nos últimos 20 (vinte) anos, surgiram estudos que mudaram essa abordagem e buscaram provar que a Amazônia compôs, na pré-história, um vasto e rico cenário de sociedades humanas, constituídas de grandes complexidades econômicas e sofisticação cultural.

Após a descoberta da Amazônia, no século XVI, Batista (2007) destaca que os povos colonizadores realizaram diversas tentativas de posse: “pela embocadura, os holandeses, franceses e ingleses, e mais os portugueses; atravessando a cordilheira, a oeste, os espanhóis”. O Autor pontua que a partilha da Amazônia se deu com a viagem de Pedro Teixeira (1637-1639), demarcando os limites dos domínios Português e Espanhol.

Souza (2009) afirma que quando os colonizadores aqui chegaram, a Amazônia não era um vazio demográfico, habitavam este espaço um conjunto de sociedades hierarquizadas, de alta densidade demográfica, ocupavam o solo com povoações em escala urbana, possuíam sistemas intensivos de produção de ferramentas e cerâmicas, agricultura diversificada, rica complexidade cultural, ideologias e sistema político centralizado.

Ao passar dos anos e com a inserção de novas populações nas calhas dos Rios, e a catequização das populações nativas, bem como os conflitos que decorreram desta colonização, estas populações foram perdendo espaço frente às novas dinâmicas de ocupação da Amazônia, surgindo inúmeras intervenções de ocupação e tentativas de integração deste espaço as dinâmicas populacionais nacionais, vivenciando diferentes ciclos e declínios econômicos que balizam a relação homem-natureza, homem-trabalho nas mais remotas comunidades ribeirinhas amazônicas.

Esta relação pode ser observada na forma como o homem camponês desenvolve sua relação com o dorso do Rio, na comunidade específica esta relação está como Marx (1987) afirma: “a relação homem-natureza constitui uma condição basilar para a sociedade que se baseia no trabalho”. Como o *modus vivendi* das populações amazônicas faz parte, assim, de um processo com base nas culturas indígenas, negra, europeia e de imigrantes, herdando diferentes elementos organizacionais, elas vivenciam peculiaridades de convívio com a natureza, enfrentando as condições ambientais e compatibilizando a utilização dos recursos locais com sua conservação, assim o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas concorre para a determinação da identidade sociocultural desses atores.

A história das sociedades humanas é resultado da injunção de diversificados processos de apropriação dos recursos naturais pela mediação da cultura inerente aos diferentes povos que coexistem; na trama complexa que combina intercâmbios e interesse divergentes. Sob égide do legado histórico, conflitos e problemáticas afluem constituindo desafios que se renovam na cena contemporânea gerando determinações ao modo de vida, pondo em cheque valores, de homens e mulheres em sociedade (CHAVES e SIQUEIRA, 2014).

Assim, a complexidade da formação do contexto amazônico emerge a sua afirmação enquanto espaço, enquanto lugar, que segundo Morin (1921 p.37-39) “a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade” e o sentimento de lugar, segundo o filósofo, associam-se ou liga-se ao sentimento de pertencimento, este desenvolvido de forma complexa, contudo relacional ao meio inserido.

No contexto amazônico, Pinheiro e Caldas (2016) realizam uma abordagem sobre a evolução das políticas públicas educacionais tendo como ponto em comum os desafios amazônicos no campo dessas políticas da educação básica, demonstrando que os jardins de infância e os cursos preliminares aparecem como sinônimos nos regulamentos das instruções públicas, com práticas que podem sinalizar uma execução diferente do que prevê a legislação, em determinados casos.

Uma das possibilidades desse embate pode ser percebida no seio das comunidades ribeirinhas e o processo de avanço das demandas capitais das cidades sobre essas comunidades. Mourão (2016) mitiga o pensar desses movimentos construtivos do capitalismo, onde o rural e tudo que se refira a estes passam a meros elementos subordinados às demandas das cidades, pontua ainda o êxodo rural desta população para os centros urbanos, onde esses indivíduos passam a compor um exército de mão de obra reserva e excedente.

Logo, de acordo com Bobbio (1986 p. 19), esse processo pode ser desvelado quando iluminada “às duas formas clássicas da justiça: distributiva e comutativa”. A justiça comutativa considera que para uma troca “justa”, as duas coisas a serem trocadas devem ter valor igual, a segunda trata-se da justiça distributiva “é aquela na qual se inspira a autoridade pública na distribuição de honras ou de obrigações”, “a cada um segundo o mérito”, “a cada um segundo a necessidade”, “a cada um segundo o trabalho”, o autor destaca que esse ideário surgiu entre as sociedades de iguais e as sociedades de desiguais.

É nesse contexto das relações de trabalho, direitos sociais, produção e exploração que Frigotto (2002, p. 53) afirma, “uma democracia efetiva só pode ser construída sob igualdade de condições socioeconômicas, culturais, educativas etc. dos seres humanos na produção da sua vida individual e social”

Para Marx (1987, p 228-229), quanto ao processo de produção, o homem, intermediário entre a natureza e o produto, por meio do fornecimento de uma mediação que consiste essencialmente na utilização da sua própria energia de trabalho, será progressivamente substituído pela máquina, passando a ser o processo de produção industrial a força de trabalho intermediário entre a natureza e o produto fabricado.

Neste ínterim a natureza passa a integrar o conjunto dos meios de produção do qual o capital se beneficia, assim para Marx a relação homem-natureza constitui uma condição basilar para a sociedade que se baseia no trabalho, para o autor o trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível, ela é matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual é ativo, a partir da qual produz. Estando esta relação indissociável, pois sua dimensão de realização enquanto ser genérico consiste, também, nesta relação.

Quanto ao papel da escola frente aos embates da intelectualização e inovações tecnológicas, Morin (1921 p – 39) destaca que “a educação deve promover a inteligência geral, apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global”, nesse prisma a escola deve ser viés, balizadora das políticas e tem papel de dimensões multifacetadas quanto à formação e ao desenvolvimento do indivíduo.

Não obstante, o Conhecimento Tradicional, compõe um conjunto de conhecimentos, frutos da luta pela sobrevivência e da experiência adquirida ao longo dos séculos pelas comunidades camponesas, adaptadas às necessidades locais, culturais e ambientais e transmitidos de geração em geração. O camponês amazônico desenvolve sua relação de sustento com a terra e a complexidade da floresta, sua vivência nas áreas de várzea, junto ao complexo dos igapós, como ambiente de farto alimento, peixes e frutas, bem como sua relação com os barrancos propícios ao cultivo de milho, mandioca, feijão, batatas. O ciclo deste conhecimento tradicional, sua transmissão em rede familiar, comunitária, possibilitou estas populações um equilíbrio de vida homem-natureza multidimensional, porém dentro de uma concepção local, voltada para o equilíbrio entre esses elementos.

Tal relação de homem-terra, homem-conhecimento tradicional, fortalece e ver-se corpórea e personificada na relação de pertencimento ao lugar no prisma de Edgar Morin (1921 p.38-39), uma vez que este homem desenvolve uma relação sustentável e de mútua preservação, atribuindo valor de sentimento quanto a sua relação com a natureza e seu cotidiano.

Neste ínterim, o viés e o papel balizador da escola, frente a este cenário local, tornam-se desafiador e mitigador de relações que visam o fortalecimento do conhecimento tradicional camponês ao mesmo passo em que deve garantir o acesso irrestrito à educação desta população, este acesso é direito da sociedade e dever do Estado (PINHEIRO e CALDAS, 2016). As comunidades locais dependem dos recursos da floresta para uma variedade de propósitos cotidianos e consideram a si mesmas como guardiãs e protetoras dessa diversidade. Desta forma, os conhecimentos tradicionais têm ajudado a preservar, manter e até aumentar a diversidade cultural e intelectual ao longo dos séculos.

5 AMAZÔNIA E OS PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS

Este formato de desenvolvimento repercute na conjuntura atual e na vida das populações ribeirinhas, cujo desdobramento de luta pela redemocratização brasileira, em confronto com a expansão neoliberal Inglesa e Americana, culminam em movimentos da sociedade civil organizada, emergem atores e ideário popular de massa, contudo, as populações ribeirinhas, devido às dimensões e o cenário amazônico, quase não participaram dessa apropriação de luta e as políticas públicas de educação não alcançaram essa parcela da sociedade, em acordo com Frigotto (2002 p. 55) o “[...] latifúndio e a perversa distribuição de renda vem mantendo o Brasil como uma das sociedades mais injustas e desiguais do mundo [...]”, apesar dos ganhos obtidos na Constituição Federal de 1988, seus avanços aos poucos são diluídos aos longos dos governos neoliberais brasileiros.

Como resultados desses avanços do capital sobre a Amazônia, inúmeros foram os projetos desenvolvimentistas pensados para a Amazônia, sob a égide do capital e o aumento da produção, bem como a exploração dos seus recursos naturais e culturais e a inserção deste espaço no contexto nacional, surgiram neste âmbito ciclos de apogeu e decadência econômica, o ciclo da borracha com a extração do látex, evidencia uma dinâmica de exploração desses recursos e designações marcantes para os agentes envolvidos, como seringueiro, o coletor do látex; seringalista, o dono da terra; Seringueira, árvore; Seringal, área em que as árvores se encontravam. Essas árvores eram encontradas preferencialmente nos solos úmidos, dispersas nas matas mistas.

As aplicações desse produto ganharam escopo com a descoberta de Charles Goodyear (vulcanização), técnica de adição do enxofre à borracha, aumentando a resistência e a insensibilidade à temperatura (BATISTA, 2007 p. 169-171). Assim, o ciclo da borracha se processou, portanto, em cerca de um século, sendo que seu auge se limitou ao prazo máximo de 32 anos (1880-1912). A riqueza decorrente desta inovação e a exploração desse produto amazônica, beneficiaram as nações colonialistas e manufatureiras.

Com a decadência do ciclo da borracha, surgiram tímidas tentativas de reanimar a economia e integrar a Amazônia ao eixo nacional, surge a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), através da Constituinte de 1946, sendo sancionada a Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Contudo, foi difícil estruturar e fazer funcionar a SPVEA, posta em desmonte com a Resolução de 1964. Implanta-se assim o Plano Quinquenal (1955, I: 22-25), com caráter preliminar, com foco em tomada de posição face aos problemas amazônicos, quanto à adaptação do homem às condições de um meio novo. O plano também previa a recuperação das populações amazônicas. Em

termos de execução não se executou nada do que foi previsto, pois as dinâmicas amazônicas não foram consideradas e as ações não tinham estudos balizadores.

Em 1966 a SPVEA converte-se em SUDAM nos moldes da SUDENE, ficando assim sob o encargo da SUDAM o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da economia e o bem-estar social da região amazônica. O Banco da Amazônia foi entregue a administração da SUDAM, e este passa a fomentar programas e projetos de infraestrutura e empreendimentos industriais e pecuários e em pesquisas. Contudo, os planos da SUDAM passam a ser operacionalizados por empresas privadas estranhas à região, evidenciando o domínio do capital e interesse estrangeiro nas políticas amazônicas.

Esses ciclos de tentativas de integração da Amazônia avançam sob a égide do desenvolvimento e industrialização, assim evidencia-se nas políticas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com o incentivo a imigração e planejamento de comunidades hierarquizadas e independentes, que foram atraídas através de uma publicidade exagerada e destaca-se também a construção da estrada Transamazônica, como o mais expressivo empreendimento no âmbito da integração rodoviária a malha nacional (BATISTA, 2007)

Esse ciclo de tentativas de integração e aquecimento econômico amazônico volta a seu auge com a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) em 1957 e regulamentada em 1960, com finalidade de escopo de entreposto de mercadorias estrangeiras para abastecimento de países vizinhos, que poderiam desenvolver através dela, as suas exportações. Essa base da ZFM não funcionou apesar dos aparatos e órgãos criados. Em 1967 o governo federal reformulou a ZFM, visando o desenvolvimento do interior da Amazônia, criando-se assim uma espécie de franquias especiais para a exportação de mercadorias, materiais, matérias-primas, e diversos produtos destinados ao consumo interno.

Desde o início de seu funcionamento em 1967, a vida de Manaus transformou-se radicalmente, despontando uma intensa atividade comercial na capital amazonense. Em 1968 os benefícios da ZFM são estendidos a outros estados da região norte, cabendo há alguns municípios do interior do Amazonas a implantação de alguns postos de fiscalização.

6 OS EMBATES NO CONTEXTO DA VIDA DO CAMPONÊS AMAZÔNIDA

Tais formatos de desenvolvimentos supracitados repercutem na conjuntura atual e na vida das populações ribeirinhas amazônicas, cujo principal desdobramento foi a implantação de grandes projetos subsidiados por incentivos fiscais do Estado, que resultaram na depredação dos recursos de flora e fauna e como destaca Cury (2008) a sistemática escolar, desvela um potencial inovador frente aos séculos de negação, elitista e seletivo, facilitando o acesso a educação básica a seus cidadãos. A

busca pela maximização dos lucros praticados pelos grandes empreendimentos teve como consequência o usufruto predatório do meio ambiente regional. Tendo em vista que as estratégias e mecanismos de desenvolvimento presentes nas políticas econômicas não se detinham mediante os custos de natureza ambiental, cultural e social.

Nestes moldes, o padrão de desenvolvimento implantado na Amazônia, em suas pressões críticas sobre o meio ambiente e sobre os habitantes tradicionais da região, agravou o quadro de empobrecimento de índios, camponês, pescadores, extrativistas, entre outros. Essa população tradicionalmente explorada na comercialização de seus produtos, sem a justiça comutativa como expressa Bobbio (1987) passou a enfrentar outra forma de expropriação desta vez em escala não dimensional dos recursos naturais disponíveis desencadeando um processo acentuado de destruição ambiental pelo manejo impróprio. Esse fenômeno da expropriação, para Chaves e Siqueira (2014) agravou-se de tal forma que chegou a privá-los, em algumas áreas, do acesso a terra e aos recursos antes disponíveis o que lhes permitia atenuar a exploração tradicional.

Diante deste quadro e dinâmica a pesquisa buscará conhecer o papel da escola frente aos embates das inovações e da intelectualização nos conhecimentos tradicionais na comunidade ribeirinha Costa da Conceição no Município de Itacoatiara. Buscando mapear os Conhecimentos Tradicionais presentes na localidade da Escola, diagnosticar a relação entre o Conhecimento Tradicional e Inserção de novas Técnicas no meio camponês da Comunidade da Costa da Conceição e Desvelar a potencialidade da Escola nesse contexto.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise e da discussão apresentada constata-se que a elaboração do problema não é uma tarefa tão simples de se realizar, e que o fato de elaborar um questionamento não o caracteriza como uma problemática passível de uma investigação científica.

O problema " Diante do processo globalizante no contexto Amazônico, qual é o papel da escola frente aos embates da intelectualização e das inovações tecnológicas nos Conhecimentos tradicionais na Comunidade ribeirinha Costa da Conceição no Município de Itacoatiara?" Aqui apresentado foi analisado a luz das fundamentações teórica de Gil (2014), Gomide (2002), Marconi e Lakatos (2010), o que permitiu ponderarmos que a mesma se classifica como um problema exploratório e descritivo. Exploratório, pois, busca demanda o estudar, explorar o problema a fim de torná-lo explícito e possibilita a criação de hipóteses. Descritivo, quando busca descrever as características de uma população ou de um fenômeno, ou ainda a relação entre as variáveis da pesquisa (CAJUEIRO, 2013). Quanto à natureza desta pesquisa a mesma é entendida como qualitativa, em que buscas as percepções

de atitudes e aspectos subjetivos da investigação, assim interpretar o fenômeno e atribuir significados (CAJUEIRO, 2013).

Quanto ao fato do problema ser caracterizado por uma pergunta, ele foi constituído de modo a responder a este princípio, além de apresentar a delimitação, visto que o campo de pesquisa é explícito, o papel da escola frente aos embates das inovações e da intelectualização nos conhecimentos tradicionais na comunidade ribeirinha da Costa da Conceição no Município de Itacoatiara/Am, sendo que essa delimitação necessária para a condução da pesquisa.

Com relação a evidências empíricas, será importante uma pesquisa documental para conhecer a inserção de novas técnicas no âmbito da comunidade e se isso ocorre através do projeto político pedagógico; a entrevista será realizada com o sujeito que compõe o ambiente camponês da Comunidade Costa da Conceição, visando identificar os embates possíveis das inserções de novas técnicas nos conhecimentos tradicionais no âmbito da comunidade estudada e conta com o financiamento da CAPES.

Contudo o problema aqui exposto pode apresentar algumas fragilidades ainda em relação ao princípio da clareza e da precisão, sendo essa proposta de comunicação parte da necessidade de se expor a outros olhares, que possibilitarão maiores discussões e aprofundamento da questão investigativa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Faculdade de Educação (FACED/UFAM) por seu papel fundamental para a sociedade Amazonense, agradecemos também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo financiamento desta pesquisa, em um momento de ataque a ciência por meio de um discurso negacionista, é imperioso que defendemos nossas instituições democráticas e que empenham esforços e recursos em busca de uma educação revolucionária.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**: Análise do processo de desenvolvimento. 2. Ed. rev. Manaus: Valer, Edua e Inpa, 2007, p. 295-171.
- BAUER, Martin e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi – Petrópolis, RJ. Vozes, 2002. Capítulo 1, 18 e 19.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: Para uma teoria geral da política. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (p. 19)
- BRITO, Rosa Mendonça de. Elementos Constitutivos dos Processos de Pesquisa e da Construção do Conhecimento. In PINHEIRO, M. G. S. P.; FALCÃO, N. M. (orgs.) **Políticas Públicas, Educação Básica e Desafios Amazônicos**. Manaus: Edua, 2016, p.11-16.
- CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**: guia prático do estudante. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.
- CHAVES, M. P. S. R.; SIQUEIRA, M. S. Políticas Públicas da Amazônia: estudo do Programa Bolsa Floresta em comunidade ribeirinha no Amazonas. In CHAVES, P. S. R.; SANTIAGO, J. L. (orgs.) **Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: Edua, 2014, p.155-163.
- CRESWELL, John W. e MILLER, Dana L. **Determining validity in qualitative inquiry. Theory into practice**, volume 39, número 3, Summer 2000. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1207/s15430421tip3903_2. Acesso em: 30 Out. 2018.
- CURY, Carlos R. Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134>>. Acesso em: 15 Maio 2018.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a construção democrática no Brasil: da ditadura civil-militar à ditadura do capital. FAVERO, Osmar; SEMERARO, Giovane. (orgs.) **Democracia e Construção do Público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002, p. 53-68.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed, São Paulo: Atlas, 2016.
- GOMIDES, José Eduardo. A definição do problema de pesquisa a chave para o sucesso do projeto de pesquisa. **Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão–CESUC–Ano IV**, v. 6, 2002. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br/~verinha/ADEFINICAODOPROBLEMA.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.
- MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. 1, v. 1 e 2.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p
- MOURÃO, A R B; BORGES, H. S. Pensando a Educação Básica no campo Amazônico. In: Maria das Graças Sá Peixoto Pinheiro e Nádia Maciel Falcão. (Org.). **Políticas Públicas, Educação Básica e Desafios Amazônicos**. 1ed. Manaus: EDUA, 2016, v. 1, p. 185-210.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 37-39.
- OLIVEIRA, Sidinei R. e PICCININI, Valmira C. Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. **Cadernos Ebape.BR**, v.7, nº 1, artigo 6, Rio de Janeiro, Mar. 2009.
- PINHEIRO, M. G. S. P.; CALDAS, E. C. R. Políticas Públicas e direito à educação: a educação de jovens e adultos no sistema estadual de ensino do Amazonas. In PINHEIRO, M. G. S. P.; FALCÃO, N. M. (orgs.) **Políticas Públicas, Educação Básica e Desafios Amazônicos**. Manaus: Edua, 2016, p.13-49.
- SILVA., Simone Souza. **Políticas de vínculo inicial de professores do campo em Parintins: contextos e contradições**. Edição. Manaus, AM: Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, 2017. Tese de doutorado. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6084/5/Tese_Simone%20Souza%20Silva.pdf. Acesso em: 30 out. 2018
- SOUZA, Marcio. **História da Amazônia**. 1ª Ed. Manaus: Valer, 2009, p. 32-38.